

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	18
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	65
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	67
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	68
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	14.705
Preferenciais	22.242
Total	36.947
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	2.118.106	2.086.312
1.01	Ativo Circulante	930.913	903.352
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	425.238	412.344
1.01.03	Contas a Receber	58.718	59.317
1.01.03.01	Clientes	40.649	42.003
1.01.03.01.01	Revendedores	40.649	42.003
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.069	17.314
1.01.03.02.01	Ativo Financeiro Indenizável	18.069	17.314
1.01.04	Estoques	1.817	1.826
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.532	3.946
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.532	3.946
1.01.07	Despesas Antecipadas	239	396
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	438.369	425.523
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	255.400	255.400
1.01.08.03	Outros	182.969	170.123
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	7.274	7.642
1.01.08.03.02	Outros Créditos	19.868	8.965
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro - Sabesp	8.987	8.708
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	146.354	144.576
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	486	232
1.02	Ativo Não Circulante	1.187.193	1.182.960
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	807.248	791.523
1.02.01.07	Tributos Diferidos	95.763	92.040
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	95.763	92.040
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	711.485	699.483
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	57.902	57.723
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizável	367.578	358.573
1.02.01.10.06	Ativo Reversível da Concessão	195.374	195.374
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro - Sabesp	90.631	87.813
1.02.02	Investimentos	285.459	298.007
1.02.03	Imobilizado	76.663	76.907
1.02.04	Intangível	17.823	16.523
1.02.04.01	Intangíveis	17.823	16.523

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	2.118.106	2.086.312
2.01	Passivo Circulante	160.984	151.159
2.01.02	Fornecedores	11.162	4.639
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.162	4.639
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.243	7.137
2.01.05	Outras Obrigações	143.579	139.383
2.01.05.02	Outros	143.579	139.383
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	31.585	31.586
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	18.096	19.948
2.01.05.02.05	Obrigações Setoriais	2.886	4.041
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	170	170
2.01.05.02.07	Benefícios pós emprego, previdência complementar	65.701	60.000
2.01.05.02.08	Obrigações Especiais - RGR	1.801	1.801
2.01.05.02.10	Outras obrigações - Investimentos na concessão	18.069	17.314
2.01.05.02.11	Outras obrigações - COMGÁS	626	626
2.01.05.02.12	Outros passivos	4.645	3.897
2.02	Passivo Não Circulante	846.138	846.664
2.02.02	Outras Obrigações	739.877	741.465
2.02.02.02	Outros	739.877	741.465
2.02.02.02.03	Obrigações Setoriais	769	769
2.02.02.02.04	Benefícios pós emprego, previdência complementar	282.008	298.121
2.02.02.02.05	Obrigações Especiais - RGR	3.149	3.599
2.02.02.02.06	Outras obrigações - Investimentos na concessão	442.887	427.753
2.02.02.02.07	Outras obrigações - COMGÁS	11.064	11.223
2.02.04	Provisões	106.261	105.199
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	99.368	98.509
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	12.251	10.862
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	39.945	35.488
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	47.172	52.159
2.02.04.02	Outras Provisões	6.893	6.690
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	6.797	6.597
2.02.04.02.04	Outras Provisões	96	93
2.03	Patrimônio Líquido	1.110.984	1.088.489
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	373.083	373.083
2.03.04.01	Reserva Legal	49.305	49.305
2.03.04.02	Reserva Estatutária	222.387	222.387
2.03.04.03	Reserva para Contingências	101.391	101.391
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	22.495	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	42.865	42.865

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	141.747	126.446
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-108.307	-103.521
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-108.307	-103.521
3.03	Resultado Bruto	33.440	22.925
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-18.946	-21.670
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-28.082	-29.421
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9.136	7.751
3.04.04.01	Equivalência Patrimonial em Controlada	6.871	7.000
3.04.04.02	Outras Receitas	2.265	751
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.494	1.255
3.06	Resultado Financeiro	15.727	23.589
3.06.01	Receitas Financeiras	15.844	24.552
3.06.01.01	Receitas Financeiras	12.270	16.028
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	3.574	8.524
3.06.02	Despesas Financeiras	-117	-963
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-117	-963
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	30.221	24.844
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.726	-5.962
3.08.01	Corrente	-11.451	-9.638
3.08.02	Diferido	3.725	3.676
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.495	18.882
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	22.495	18.882
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,57	0,48
3.99.01.02	PN	0,63	0,53

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	22.495	18.882
4.03	Resultado Abrangente do Período	22.495	18.882

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	28.134	17.855
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	53.371	49.269
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	22.495	18.882
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-6.871	-7.000
6.01.01.03	Depreciação/amortização	595	645
6.01.01.04	Despesa de entidade de plano de previdência	7.622	10.286
6.01.01.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	8.202	5.851
6.01.01.06	Tributos diretos	9.337	9.021
6.01.01.07	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-1.778	-6.579
6.01.01.08	Ganho na alienação de bens e direitos	-2.695	-750
6.01.01.09	Atualização depósitos vinculados	-820	-911
6.01.01.10	Juros e variações monetárias Acordo Sabesp	-3.097	-3.610
6.01.01.11	Provisão - Investimentos na Concessão	20.381	23.591
6.01.01.12	Despesas antecipadas	159	0
6.01.01.13	Apropriação Comgás	-159	-157
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-25.237	-31.414
6.01.02.01	Revendedores	1.354	890
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	2.397	-1.042
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-2.586	-1.150
6.01.02.04	Obrigações especiais - RGR	-450	-450
6.01.02.05	Estoques	9	6
6.01.02.06	Despesas antecipadas	0	2.019
6.01.02.07	Cauções e depósitos vinculados	387	-1.422
6.01.02.08	Outros créditos	-1.484	-751
6.01.02.09	Fornecedores	6.523	-1.262
6.01.02.10	Folha de pagamento	-1.902	-919
6.01.02.11	Obrigações estimadas - folha de pagamento	50	2.183
6.01.02.12	Contribuições para plano de previdência	-18.034	-14.457
6.01.02.13	Tributos e contribuições sociais	-894	-721
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-13.060	-12.697
6.01.02.15	Obrigações setoriais	-1.155	1.902
6.01.02.16	Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	-7.140	-4.013
6.01.02.17	Encargos de uso da rede elétrica	0	-3
6.01.02.18	Dividendos recebidos	10.000	0
6.01.02.19	Outros	748	473
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15.239	-15.510
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-38	-13
6.02.02	Ativos financeiros indenizáveis	-16.283	-14.917
6.02.03	Aquisição de intangível	-1.613	-1.343
6.02.04	Recebimento da venda de ativo imobilizado	2.695	763
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1	-2
6.03.01	Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	-1	-2
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	12.894	2.343
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	412.344	421.891

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	425.238	424.234

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	373.083	0	42.865	1.088.489
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	373.083	0	42.865	1.088.489
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.495	0	22.495
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.495	0	22.495
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	373.083	22.495	42.865	1.110.984

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	360.131	0	91.510	1.124.182
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	360.131	0	91.510	1.124.182
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.882	0	18.882
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.882	0	18.882
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	360.131	18.882	91.510	1.143.064

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
7.01	Receitas	159.144	141.585
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	135.099	127.863
7.01.02	Outras Receitas	2.265	751
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	21.780	12.972
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-1
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-87.783	-81.402
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-87.783	-81.402
7.03	Valor Adicionado Bruto	71.361	60.183
7.04	Retenções	-595	-645
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-595	-645
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	70.766	59.538
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.715	31.552
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.871	7.000
7.06.02	Receitas Financeiras	12.270	16.028
7.06.03	Outros	3.574	8.524
7.06.03.01	Variações monetárias líquidas	3.574	8.524
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	93.481	91.090
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	93.481	91.090
7.08.01	Pessoal	40.453	40.737
7.08.01.01	Remuneração Direta	29.535	29.159
7.08.01.02	Benefícios	7.622	10.286
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.296	1.292
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	28.661	29.031
7.08.02.01	Federais	25.060	25.438
7.08.02.03	Municipais	3.601	3.593
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.872	2.440
7.08.03.01	Juros	117	734
7.08.03.02	Aluguéis	1.755	1.706
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	22.495	18.882
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.495	18.882

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	2.119.577	2.087.290
1.01	Ativo Circulante	931.465	915.065
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	436.914	426.282
1.01.03	Contas a Receber	63.951	64.583
1.01.03.01	Clientes	45.882	47.269
1.01.03.01.01	Revendedores	45.882	47.269
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.069	17.314
1.01.03.02.01	Ativo Financeiro Indenizável	18.069	17.314
1.01.04	Estoques	1.817	1.826
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.130	3.946
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.130	3.946
1.01.07	Despesas Antecipadas	615	413
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	422.038	418.015
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	255.400	255.400
1.01.08.03	Outros	166.638	162.615
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	7.274	7.642
1.01.08.03.02	Outros Créditos	3.537	1.457
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro - Sabesp	8.987	8.708
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	146.354	144.576
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	486	232
1.02	Ativo Não Circulante	1.188.112	1.172.225
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	807.248	791.523
1.02.01.07	Tributos Diferidos	95.763	92.040
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	95.763	92.040
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	711.485	699.483
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	57.902	57.723
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizável	367.578	358.573
1.02.01.10.06	Ativo Reversível da Concessão	195.374	195.374
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro - Sabesp	90.631	87.813
1.02.02	Investimentos	146.222	146.220
1.02.03	Imobilizado	216.806	217.926
1.02.04	Intangível	17.836	16.556
1.02.04.01	Intangíveis	17.836	16.556

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	2.119.577	2.087.290
2.01	Passivo Circulante	162.455	152.137
2.01.02	Fornecedores	12.155	5.136
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.155	5.136
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.395	7.610
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	316
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	316
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	6.395	7.294
2.01.05	Outras Obrigações	143.905	139.391
2.01.05.02	Outros	143.905	139.391
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	31.585	31.586
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	18.096	19.948
2.01.05.02.05	Obrigações setoriais	2.895	4.049
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	170	170
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	65.701	60.000
2.01.05.02.08	Outras obrigações - Investimentos na concessão	18.069	17.314
2.01.05.02.09	Outras obrigações - Comgás	626	626
2.01.05.02.10	Obrigações Especiais - RGR	1.801	1.801
2.01.05.02.12	Outros Passivos	4.962	3.897
2.02	Passivo Não Circulante	846.138	846.664
2.02.02	Outras Obrigações	739.877	741.465
2.02.02.02	Outros	739.877	741.465
2.02.02.02.03	Obrigações setoriais	769	769
2.02.02.02.04	Outras obrigações - Investimentos na concessão	442.887	427.753
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	282.008	298.121
2.02.02.02.06	Obrigações Especiais - RGR	3.149	3.599
2.02.02.02.07	Outras obrigações - Comgás	11.064	11.223
2.02.04	Provisões	106.261	105.199
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	99.368	98.509
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	12.251	10.862
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	39.945	35.488
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	47.172	52.159
2.02.04.02	Outras Provisões	6.893	6.690
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	6.797	6.597
2.02.04.02.04	Outras Provisões	96	93
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.110.984	1.088.489
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	373.083	373.083
2.03.04.01	Reserva Legal	49.305	49.305
2.03.04.02	Reserva Estatutária	222.387	222.387
2.03.04.03	Reserva para Contingências	101.391	101.391

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	22.495	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	42.865	42.865

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	152.955	137.552
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-112.554	-107.587
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-112.554	-107.587
3.03	Resultado Bruto	40.401	29.965
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-25.843	-28.694
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-28.108	-29.445
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	2.265	751
3.04.05.01	Outras Despesas	2.265	751
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.558	1.271
3.06	Resultado Financeiro	16.164	24.135
3.06.01	Receitas Financeiras	16.281	25.179
3.06.01.01	Receitas Financeiras	12.707	16.655
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	3.574	8.524
3.06.02	Despesas Financeiras	-117	-1.044
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-117	-1.044
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	30.722	25.406
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.227	-6.524
3.08.01	Corrente	-11.952	-10.200
3.08.02	Diferido	3.725	3.676
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.495	18.882
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	22.495	18.882
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	22.495	18.882
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,57	0,48
3.99.01.02	PN	0,63	0,53

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	22.495	18.882
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	22.495	18.882
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	22.495	18.882

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	26.117	26.466
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	61.338	57.833
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	22.495	18.882
6.01.01.02	Depreciação/amortização	1.736	1.769
6.01.01.03	Despesa de entidade de plano de previdência	7.622	10.286
6.01.01.04	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	8.202	5.851
6.01.01.05	Tributos diretos	9.653	9.461
6.01.01.06	Ganho alienação de bens e direitos	-2.695	-750
6.01.01.08	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-1.778	-6.579
6.01.01.09	Atualização depósitos vinculados	-820	-911
6.01.01.10	Juros e variações monetárias Acordo Sabesp	-3.097	-3.610
6.01.01.11	Provisão - Investimentos na Concessão	20.381	23.591
6.01.01.12	Despesas antecipadas	-202	0
6.01.01.13	Apropriação Comgás	-159	-157
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-35.221	-31.367
6.01.02.01	Revendedores	1.387	785
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	2.397	-1.042
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-2.500	-983
6.01.02.04	Obrigações especiais - RGR	-450	-450
6.01.02.05	Estoques	9	6
6.01.02.06	Despesas antecipadas	0	1.625
6.01.02.07	Cauções e depósitos vinculados	387	-1.422
6.01.02.08	Outros créditos	-2.080	-148
6.01.02.09	Fornecedores	7.019	-1.046
6.01.02.10	Folha de pagamento	-1.902	-919
6.01.02.11	Obrigações estimadas - folha de pagamento	50	2.183
6.01.02.12	Contribuições para plano de previdência	-18.034	-14.457
6.01.02.13	Tributos e contribuições sociais	-899	-722
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-13.376	-13.137
6.01.02.15	Obrigações setoriais	-1.154	1.903
6.01.02.16	Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	-7.140	-4.013
6.01.02.17	Encargos de uso da rede elétrica	0	-3
6.01.02.18	Outros	1.065	473
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15.484	-15.830
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-283	-332
6.02.02	Ativos financeiros indenizáveis	-16.283	-14.917
6.02.03	Aquisição de intangível	-1.613	-1.344
6.02.04	Recebimento da venda de ativo imobilizado	2.695	763
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1	-2
6.03.01	Juros sobre o capital próprio pagos	-1	-2
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10.632	10.634
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	426.282	436.741
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	436.914	447.375

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	373.083	0	42.865	1.088.489	0	1.088.489
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	373.083	0	42.865	1.088.489	0	1.088.489
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.495	0	22.495	0	22.495
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.495	0	22.495	0	22.495
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	373.083	22.495	42.865	1.110.984	0	1.110.984

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	360.131	0	91.510	1.124.182	0	1.124.182
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	360.131	0	91.510	1.124.182	0	1.124.182
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.882	0	18.882	0	18.882
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.882	0	18.882	0	18.882
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	360.131	18.882	91.510	1.143.064	0	1.143.064

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
7.01	Receitas	171.022	153.430
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	146.732	139.390
7.01.02	Outras Receitas	2.265	751
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	22.025	13.290
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-1
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-89.846	-83.435
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-89.846	-83.435
7.03	Valor Adicionado Bruto	81.176	69.995
7.04	Retenções	-1.735	-1.768
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.735	-1.768
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	79.441	68.227
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.281	25.179
7.06.02	Receitas Financeiras	12.707	16.655
7.06.03	Outros	3.574	8.524
7.06.03.01	Variações monetárias líquidas	3.574	8.524
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	95.722	93.406
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	95.722	93.406
7.08.01	Pessoal	41.519	41.757
7.08.01.01	Remuneração Direta	30.538	30.118
7.08.01.02	Benefícios	7.622	10.286
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.359	1.353
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	29.836	30.250
7.08.02.01	Federais	26.235	26.657
7.08.02.03	Municipais	3.601	3.593
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.872	2.517
7.08.03.01	Juros	117	811
7.08.03.02	Aluguéis	1.755	1.706
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	22.495	18.882
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.495	18.882

Comentário do Desempenho**Desempenho Consolidado da EMAE****Principais Indicadores**

	1T24	1T23	Δ
OPERACIONAIS			
Potência instalada (MW)	960,8	960,8	-
Energia gerada (MWh)	299.827	657.068	-54,4%
ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$ milhões)			
Receita Operacional Líquida (ROL)	153,0	137,6	11,2%
Custos dos serviços de energia elétrica	112,6	107,6	4,6%
Despesas gerais e administrativas	28,1	29,4	-4,5%
Resultado financeiro	16,2	24,4	-33,0%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	22,5	18,9	19,1%
%/ROL	14,7%	13,7%	-1 p.p
Lucro por ação (R\$)	0,61	0,51	19,1%
EBITDA Ajustado	27,1	12,6	115,7%
Margem EBITDA Ajustada	20,4%	10,0%	10,4p.p.
SOCIAIS			
Número de empregados	347	426	-18,5%
Receita líquida por empregado (R\$ milhões)	0,44	0,32	36,5 %

Desempenho Operacional

O desempenho operacional das usinas hidrelétricas no regime de cotas é apurado anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e, conforme seu resultado, pode incrementar ou reduzir a receita regulada das usinas.

O desempenho operacional do 1T24 indica que as usinas cotistas continuam a atender as respectivas metas de desempenho. A PCH Pirapora, que atua como produtora independente, superou o desempenho de 80% da sua garantia física, tendo atingido 87,2%.

Comentário do Desempenho

Receita Líquida

A Companhia encerrou o primeiro trimestre de 2024 com **receita líquida de R\$153,0 milhões**, crescimento de 11,2% comparado ao mesmo período do ano anterior, quando atingiu R\$137,6 milhões. Dentre os fatores que contribuíram para o aumento da receita líquida está o início do faturamento da concessão do direito de uso de área referente à Usina São Paulo, no valor de R\$4,2 milhões, somados ao acréscimo de R\$1,8 milhão na receita de cotas de energia e R\$0,8 milhão decorrente da operação da Usina Termoelétrica Piratininga. Foi também registrado crescimento de R\$8,5 milhões na receita relacionada à construção de ativos da concessão, com investimento de R\$20,2 milhões, em comparação aos R\$11,6 milhões aplicados no mesmo período do exercício anterior.

Custo do serviço de energia elétrica

No 1T24, os **custos dos serviços de energia elétrica atingiram R\$112,6 milhões**, aumento de 4,6% em relação ao mesmo período do ano de 2023, quando totalizou R\$107,6 milhões.

As principais variações provêm do acréscimo de R\$ 8,5 milhões nos custos de construção dos ativos da concessão, do aumento de R\$ 2,3 milhões com provisão para riscos de ações judiciais e do acréscimo de R\$1,6 milhão relativo aos custos de pessoal. Este último cresceu, pontualmente, em razão do Programa de Demissão Incentivada - PDI que no período gerou dispêndio da ordem de R\$5,5 milhões.

Em sentido oposto, ocorreu a redução de R\$ 3,2 milhões na Provisão para Investimentos na Concessão devido à revisão do plano de investimentos após a revisão tarifária promovida pela ANEEL em julho de 2023, somada a uma redução de R\$ 2,2 milhões nos custos de Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH como resultado da menor geração

Comentário do Desempenho

de energia elétrica no período da ordem de 299.827 MWh, comparado aos 657.068 MWh de 2023.

Despesas Gerais e Administrativas

Quanto às **despesas gerais e administrativas**, o valor no primeiro trimestre de 2024 foi de **R\$ 28,1 milhões**, queda de 4,5% em comparação aos R\$ 25,3 milhões de 2023.

O principal fator que influenciou a redução foi a diminuição nas despesas de previdência complementar por conta da menor estimativa de custeio para os planos BD e CV, calculado pelo atuário independente para o ano 2024.

EBITDA AJUSTADO

No primeiro trimestre de 2024, a Companhia registrou **EBITDA ajustado**¹ de **R\$ 27,1 milhões**, aumento de 115,7% em comparação com os R\$ 12,6 milhões do 1T23. A margem EBITDA do primeiro trimestre de 2024 foi de 20,4%, já refletindo o efeito positivo das receitas da Usina São Paulo e da redução de custo de pessoal com a implementação do PDI.

Resultado Financeiro

No 1T24, a EMAE atingiu um **resultado financeiro** de **R\$ 16,2 milhões**, 33,0% inferior ao período correspondente do ano anterior, quando alcançou R\$ 24,4 milhões. A redução foi influenciada pela queda na taxa SELIC de 13,75% para 10,75%, base 31 de março, diminuindo a rentabilidade das aplicações financeiras.

Além disso, houve queda no resultado financeiro aplicado ao contrato de Arrendamento da Usina Termoelétrica Piratininga em razão do IGPM

¹ O EBITDA ajustado exclui do seu cálculo o valor da receita relativa à construção dos ativos da concessão e os custos com o Plano de Demissão Incentivada e parte dos gastos incorridos com o plano de benefícios pós-emprego PSAP/EMAE.

Comentário do Desempenho

negativo (-0,92%) acumulado no primeiro trimestre de 2024, em comparação aos 0,20% positivos do mesmo período de 2023. Também houve queda na correção do Ativo Financeiro Sabesp por conta do IPCA de 1,42% do 1T24, 0,67 p.p. menor que os 2,09% registrados em 2023.

Lucro Líquido

No primeiro trimestre de 2024, o **lucro líquido antes dos impostos** foi de **R\$22,5 milhões**, crescimento de 19,1% em comparação com os R\$18,9 milhões apurados no mesmo período de 2023.

Caixa Líquido e endividamento

No 1T24, a EMAE contava com disponibilidades no valor de **R\$ 436,9 milhões**, 2,3% inferior em relação aos R\$ 447,3 milhões registrados em 31 de março de 2023. A Companhia **não registrou endividamento no período**.

Eventos Subsequentes

Fato Relevante ocorrido em 19 de abril de 2024

A EMAE ("Companhia"), em continuidade ao Comunicado ao Mercado de 18 de abril de 2024, comunica a seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, a Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) realizou a Sessão Pública de Leilão da alienação de ações do Capital Social da Companhia, tendo sido classificada como vencedora a proposta de preço apresentada pela licitante PHOENIX FIP MULTISTRATÉGIA ao valor de R\$ 70,65 por ação.

Até a data de divulgação destas Demonstrações Financeiras Intermediárias a Companhia não dispõe de novos fatos a serem divulgados.



Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("EMAE" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Fazenda do Estado de São Paulo, detém 97,61% das ações ordinárias da Companhia. Em relação às ações preferenciais, merece destaque a Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A que em 31 de março de 2024 detém 64,82% das ações PN.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, construção, operação e manutenção de sistemas de produção e a comercialização de energia elétrica.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Usinas Hidrelétricas em Regime de Cotas

A EMAE opera o complexo hidroenergético Henry Borden, que compreende as estruturas do canal Pinheiros, os reservatórios e respectivos barramentos e estruturas de controle e vertimento, Guarapiranga, Billings e Rio das Pedras, na Região Metropolitana de São Paulo e a usina hidrelétrica Henry Borden, no município de Cubatão, e as usinas hidrelétricas - UHEs Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

Com a Medida Provisória 579 de 2012, convertida na lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a EMAE celebrou com a União, em 4 de dezembro de 2012, o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões relativas ao complexo Henry Borden e as usinas hidrelétricas Rasgão e Porto Góes. Em 7 de outubro de 2022 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao contrato tendo como objeto adequar o referido contrato de modo a formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden e Porto Góes, prorrogando até 7 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Henry Borden e até 24 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência dessas usinas da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo cada usina remunerada por Receita Anual de Geração (RAG) e submetida aos padrões de qualidade.

A RAG é calculada pela ANEEL, reajustada anualmente e revisada a cada 5 (cinco) anos. A tarifa resultante tem por objetivo cobrir a remuneração e os custos de operação, manutenção, administração, tributos e encargos setoriais como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D e compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos. Desde a revisão tarifária de 2018, o valor da RAG passou a considerar também os investimentos em melhorias dos ativos da concessão de cada usina.

Para as geradoras no regime de cotas, não há encargos em função dos riscos hidrológicos, pois estes são assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência.



Notas Explicativas

A EMAE teve participação ativa na discussão pública sobre o processo de revisão tarifária ocorrida em 2023, cujos resultados foram divulgados na Resolução Homologatória ANEEL nº 3.225/2023. Os valores aprovados decorrem da implementação de uma nova metodologia de cálculo, estabelecida no submódulo 12.1 do Procedimento de Revisão Tarifária (PRORET). Essa metodologia introduz um redutor anual de 0,7038% na parcela destinada a Operação e Manutenção (GAG O&M), como Fator de Eficiência, além de uma redução anual e progressiva na parcela destinada a Investimentos na Concessão (GAG Melhorias) para as usinas sob gestão da Companhia.

PCH Pirapora

A Pirapora Energia S.A., foi constituída como subsidiária integral da Companhia para a construção e gestão da Pequena Central Hidrelétrica Pirapora (PCH). Esta usina possui duas unidades geradoras, potência instalada de 25 MW e a garantia física de 17,17 MW.

A PCH Pirapora obteve autorização para operar por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429/2008, alterada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.972/2021, que redefiniu o prazo de vigência para 31 de dezembro de 2044. Esse prazo foi novamente prorrogado, estendendo-se até 02 de maio de 2045, como determinado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023. Em 2010, a empresa comercializou 16 MW no leilão ANEEL nº 03/2010, resultando em Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs) com 27 distribuidoras. O período de suprimento iniciou em 01 de janeiro de 2015 e terminará em 31 de dezembro de 2044, e o valor de venda é atualizado pela variação do IPCA na data base de reajuste de cada distribuidora.

Usina Termelétrica Piratininga

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termelétrica Piratininga (“UTE Piratininga”) em 27 de abril de 2007 para a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) que a opera em conjunto com a usina Fernando Gasparian, construída pela Petrobras em área da EMAE, aumentando a eficiência de ambas. O contrato tem prazo de 17 anos, e na ocasião foi firmado concomitantemente contrato de serviços de operação e manutenção da usina Piratininga pela EMAE.

A usina arrendada possui quatro unidades geradoras sendo que apenas duas estão em atividade, integradas à operação em ciclo combinado, atendendo aos despachos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) desde 7 de agosto de 2017.

Expansão de Geração de Energia Elétrica

A EMAE foi autorizada por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23 de junho de 2010 a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar minoritária ou majoritariamente, do capital social de companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

a. Hidrelétrica

O contrato de concessão da UHE Edgard de Souza expirou em 2018, e a Portaria nº 313, de 30 de junho de 2018, dispensou a reversão dos bens vinculados à concessão dessa UHE, permitindo que a EMAE tenha livre disponibilização dos bens.



Notas Explicativas

Considerando o Inventário de Aproveitamentos Hidrelétricos da cascata do rio Tietê, a EMAE iniciou tratativas com o Poder Concedente e registrou seu interesse no aproveitamento hidroenergético Edgard Souza, o que foi homologado em abril de 2019.

Em novembro de 2022, a companhia obteve o DRS, Despacho de Registro de Adequabilidade do Sumário Executivo, considerando potência a ser instalada de 18MW o que permite a busca do licenciamento ambiental e da outorga de recursos hídricos para o projeto de motorização da estrutura.

b. Fotovoltaica Flutuante

A partir de Chamadas Públicas, em 2020 e 2021, a EMAE estabeleceu consórcios com empresas privadas para o desenvolvimento e a instalação de empreendimentos fotovoltaicos flutuantes, com capacidade total de 130 MW, no reservatório Billings, localizado na cidade de São Paulo.

A potencial receita dessa iniciativa se dará por meio de participação da EMAE em futuras SPEs que explorarão comercialmente centrais flutuantes de geração de energia elétrica que serão conectadas à rede de distribuição de energia na modalidade de geração distribuída. A primeira SPE foi criada em 2023, em parceria com a KWP Energia, uma vez que todas as condicionantes para a implantação dos primeiros 5MW foram atendidas.

Nesse modelo, o aporte do direito de uso da superfície do reservatório dará para a EMAE aproximadamente 5% de participação no capital das SPEs, tendo a companhia a opção de aumentar sua participação até 49% através de aportes financeiros. Os parceiros serão responsáveis pelo CAPEX e pela operação dos futuros empreendimentos.

c. Fonte Térmica

Em 24 de julho de 2019 o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) aprovou a viabilidade ambiental do empreendimento “Substituição Tecnológica das unidades 1 e 2 da usina Termelétrica Piratininga UTE - STP” com capacidade de até 2,5 GW em ciclo combinado.

A aprovação pelo CONSEMA permitiu a expedição da licença ambiental prévia pela CETESB, no dia 25 de julho de 2019, possibilitando que a EMAE participe dos leilões de energia, que serão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Visando a estruturação e implantação do empreendimento, a EMAE firmou parceria através da Chamada Pública 01/2015, com o Consórcio GASEN que foi sucedido em 2022, pela empresa EDGE S.A.



Notas Explicativas

Aproveitamento do Patrimônio Imobiliário

a. Concessão de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial

Em 2020 a EMAE concedeu um conjunto de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial. A proposta declarada vencedora foi apresentada pelo Consórcio Usina São Paulo, considerando o pagamento de outorga fixa no valor de R\$ 280,05 milhões, acrescida do pagamento referente à outorga variável, calculada sobre o faturamento bruto mensal do futuro empreendimento.

O período de recebimento da parcela referente à outorga fixa está previsto para o período de janeiro de 2024 a dezembro de 2044 e o referente à outorga variável será de acordo com os seguintes percentuais calculados sobre o faturamento bruto do projeto: 4% (de dezembro de 2022 a novembro de 2025), 6% (de dezembro de 2025 a novembro de 2028), 8% (de dezembro de 2028 até o fim do contrato).

b. Alienação de imóveis

A EMAE tem continuamente avaliado seus imóveis e destina à venda aqueles que não aportam para a atividade operacional.

Atualmente os dois principais imóveis à venda são um prédio situado na Rua Augusta e uma área adjacente à Marginal Pinheiros, próxima à junção com a Marginal Tietê.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada em Reunião de Diretoria ocorrida em 29 de abril de 2024. Em seguida foram apreciadas pelo Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e submetidas ao Conselho de Administração. Após a sua emissão, somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa para alterá-las.



Notas Explicativas

2.2 Moeda Funcional e Base de Apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e à medida que novos fatos ou informações estejam disponíveis, os valores são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas cujos valores reconhecidos são significativos nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;
- Nota 7 - Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 8 - Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido;
- Nota 11 - Apuração do ativo financeiro indenizável;
- Nota 12 - Ativo reversível da concessão;
- Nota 13 - Investimentos;
- Nota 14 - Imobilizado: avaliação da vida útil e análise de impairment;
- Nota 16 - Benefícios pós-emprego, previdência complementar;
- Nota 17.1 - Reconhecimento e mensuração da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários;
- Nota 19 - Outras Obrigações - Investimentos na concessão;
- Nota 28 - Instrumentos financeiros;
- Nota 29 - Gerenciamento de Riscos;
- Nota 30 - Compromissos de Longo Prazo;
- Nota 31 - Alterações não Caixa;



Notas Explicativas

2.4 Base de Mensuração.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do plano de previdência complementar reconhecido a valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, assim como propriedades para investimento, reconhecidas a valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes nas Demonstrações Financeiras de 2022 e por meio do resultado do exercício a partir das Demonstrações Financeiras de 2023.

2.5 Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A. O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis adotadas pela controlada são aplicadas de forma uniforme com aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.6 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor adicionado gerado pela Companhia e sua controlada, bem como a sua distribuição durante o exercício e é apresentada como informação requerida pela legislação societária brasileira, com base nas orientações do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar para fins da IAS 34.

2.7 Informações por Segmento

A Diretoria Colegiada da Companhia realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando a existência de um único segmento que é o de geração de energia.

Dessa forma não são apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são similares às apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado.

2.8 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas ITR estão consistentes com as apresentadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Conseqüentemente, estas informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, divulgadas em 07 de março de 2024.



Notas Explicativas

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.24	31.12.23	31.03.24	31.12.23
Caixa e bancos conta movimento.....	178	409	256	409
Aplicações financeiras (a).....	425.060	411.935	436.658	425.873
	425.238	412.344	436.914	426.282

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do período, sem prazos fixados para o resgate e mantidos pela Companhia e sua controlada para uso em suas operações normais.

- (a) A Companhia e sua controlada aplicam suas disponibilidades em fundos de renda fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizaram 2,61% no período findo em 31 de março de 2024.

4. REVENDEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.24	31.12.23	31.03.24	31.12.23
a) Suprimento de Energia				
Fornecimento de energia para revendedores.....	40.649	42.003	45.882	47.269

O saldo das contas a receber de revendedores é composto somente de valores vincendos e, portanto, a Companhia entende que não há necessidade do registro de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos a receber.

5. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

Referem-se aos tributos e contribuições sociais compensáveis referentes a serviços prestados e aquisições.

	Controladora e Consolidado	
	31.03.24	31.12.23
ICMS compensável.....	3.726	3.258
INSS a recuperar.....	208	248
ISS a recuperar.....	7	7
PIS e COFINS a recuperar.....	3.333	4.129
	7.274	7.642

Notas Explicativas



6. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

6.1 Histórico

No dia 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram contrato denominado Instrumento Particular de Arrendamento dos Ativos da UTE Piratininga ("Arrendamento"), com duração de dezessete anos. Esse contrato envolveu a transferência dos ativos operacionais, incluindo terreno e dos direitos de exploração de geração de energia elétrica com remuneração global de R\$ 765 milhões, base janeiro de 2007, a ser paga em 34 parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M a partir do segundo ano. A Petrobras construiu em parte do terreno arrendado, a Usina Termelétrica Nova Piratininga e passou a operar ambas em ciclo combinado, com a utilização de gás e vapor.

Em 21 de maio de 2008 a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do contrato para sua subsidiária integral, a Baixada Santista S.A. - BSE que, em 5 de julho de 2012, solicitou a renovação da concessão junto à ANEEL. Esse pedido de renovação foi ratificado em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei nº 12.783/2013. Embora o prazo contratual da concessão tenha expirado em 7 de julho de 2015, o Poder Concedente até a data de aprovação destas demonstrações financeiras intermediárias, ainda não se manifestou formalmente sobre o pedido de renovação.

Na hipótese de a ANEEL não emitir um novo ato autorizativo, o contrato prevê sua resolução e prazo de 60 dias para liquidação das obrigações pendentes e devolução dos bens arrendados.

O contrato prevê, ao final da sua vigência, a obrigação da BSE de devolver os bens arrendados, "no estado de uso e conservação em que os recebeu consideradas as depreciações e inovações tecnológicas inerentes ao desenvolvimento da operação do Contrato". Para essa finalidade, o Contrato estabelece a elaboração de um laudo, por empresa contratada de comum acordo entre as partes, que permita apurar o montante de eventuais obrigações contratuais denominadas passivos patrimoniais a ser indenizado pela BSE/Petrobras à EMAE além de apurar eventuais investimentos feitos pela BSE/Petrobras, a serem indenizados pela EMAE.

O contrato prevê a possibilidade de renovação, porém, em março de 2023, a BSE/Petrobras formalizou não ter interesse em renová-lo. Na mesma correspondência, a Petrobras indicou interesse em alugar o terreno onde está instalada a UTE Nova Piratininga, devolvendo os demais ativos à EMAE (UTE Piratininga e áreas remanescentes).

Por ocasião do vencimento da 32ª parcela, em dezembro de 2023, a BSE/Petrobras pagou parte do valor devido, alegando que com o encerramento em 27/04/2024, cessam suas obrigações financeiras. O entendimento de que não seriam devidas as parcelas 33ª e 34ª e parte da 32ª foi contestado pela EMAE que através da avaliação jurídica considera legítima a cobrança do contrato pelo valor global, tal como vem sendo realizada.

Esse assunto se encontra em negociação entre as partes.



Notas Explicativas

6.2 Contabilização

A operação de Arrendamento da UTE Piratininga na data de seu início, foi classificada como arrendamento financeiro:

Demonstração da movimentação do arrendamento UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado		
	Saldo 31.12.23	Encargos Financeiros	Saldo 31.03.24
ATIVO			
Circulante.....	144.576	1.778	146.354
	144.576	1.778	146.354

Demonstração de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	31.03.24	31.12.23
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada (a).....	(1.949)	(2.897)
Variação monetária.....	745.674	744.844
Recebimentos.....	(1.362.371)	(1.362.371)
	146.354	144.576

- (a) Juros não realizados do contrato de arrendamento, relativos aos recebimentos das parcelas futuras.

7. OUTROS CRÉDITOS

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31.03.24	31.12.23	31.03.24	31.12.23
Projetos em curso (a).....	1.455	1.020	1.455	1.020
Dividendos a receber de controlada.....	15.893	-	-	-
Valores a receber - Energia Livre (b).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos (c).....	1.511	1.404	1.511	1.404
Garantia CCEE (d).....	24	25	133	33
Adiantamento à empregados.....	417	6.473	417	-
Pirapora Energia S.A. compartilhamento de custos/ Reembolsos.....	547	1.043	-	-
Petrobrás - Operação - UTE Piratininga.....	560	-	560	-
Aluguéis / Locação.....	650	94	650	94
Eduardo Yassuda O&M.....	439	440	439	440
Multas contratuais (e).....	627	627	627	627
Alienação de bens e direitos.....	-	94	-	94
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa (f).....	(6.399)	(6.399)	(6.399)	(6.399)
	19.868	8.965	3.537	1.457



Notas Explicativas

- a) Gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
- b) Devido ao mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, em 15 de setembro de 2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária. A EMAE constituiu perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo integral do contas a receber de RTE;
- c) Valores a receber pelos funcionários cedidos a outras entidades do Governo do Estado de São Paulo. Os valores vencidos há mais de 360 dias encontram-se registrados na rubrica "Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa";
- d) Garantia contratual depositada em conta bancária vinculada a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE em razão do Mercado de Curto Prazo;
- e) Valores cobrados de terceiros em razão de atrasos na execução de obras, entrega de bens e outros;
- f) Saldo das perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa em 31 de março de 2024 correspondente a 6.399, sendo composto por: R\$ 1.404, funcionários cedidos; R\$ 4.144, RTE; R\$ 628, multas contratuais; R\$ 183, Operação & Manutenção Eduardo Yassuda; e R\$ 40 referente a locações e aluguéis.



8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

8.1 CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
	1T 24	1T 23	1T 24	1T 23	1T 24	1T 23	1T 24	1T 23
Lucro antes dos impostos e contribuições.....	30.221	24.844	30.722	25.406	30.221	24.844	30.722	25.406
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(7.555)	(6.211)	(7.681)	(6.352)	(2.720)	(2.236)	(2.765)	(2.287)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial em controlada.....	1.718	1.750	-	-	618	630	-	-
Incentivos fiscais.....	419	173	419	173	-	-	-	-
Outros.....	(150)	(48)	(150)	(48)	(56)	(20)	(56)	(20)
b) Efeito regime lucro presumido de controlada								
Pirapora Energia S.A.....	-	-	1.508	1.510	-	-	498	500
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	(5.568)	(4.336)	(5.904)	(4.717)	(2.158)	(1.626)	(2.323)	(1.807)
Corrente.....	(8.307)	(7.039)	(8.643)	(7.420)	(3.144)	(2.599)	(3.309)	(2.780)
Diferido.....	2.739	2.703	2.739	2.703	986	973	986	973
Alíquota efetiva.....	18%	17%	19%	19%	7%	7%	8%	7%

Notas Explicativas



8.2 COMPOSIÇÃO DOS IMPOSTOS DIFERIDOS

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	31.03.24	31.12.23	31.03.24	31.12.23
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	144.645	140.408	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (b).....	-	-	24.932	24.208
Obrigação fiscal diferida Sabesp (c).....	-	-	24.905	24.130
Ativo fiscal diferido ORA (d).....	76.006	76.006	-	-
Passivo fiscal diferido ORA (e).....	-	-	92.241	92.241
Passivo fiscal diferido - Elementos do Ativo (f).....	-	-	8.158	8.158
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	52.072	50.547	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (b).....	-	-	8.976	8.715
Obrigação fiscal diferida Sabesp (c).....	-	-	8.966	8.687
Ativo fiscal diferido ORA (d).....	27.361	27.361	-	-
Passivo fiscal diferido ORA (e).....	-	-	33.207	33.207
Passivo fiscal diferido - Elementos do Ativo (f).....	-	-	2.936	2.936
	300.084	294.322	204.321	202.282
Compensação entre Ativos e Passivos (g).....	(204.321)	(202.282)	(204.321)	(202.282)
	95.763	92.040	-	-

a) Créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente indedutíveis onde se destacam a provisão para investimentos na Concessão, contingências trabalhistas, cíveis e tributárias e a perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa;

b) Registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre a operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 6);

c) Registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o Ativo financeiro Sabesp (Nota 22.1);

d) Ativo fiscal diferido sobre o plano de benefício definido (Nota 16);

e) Reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre ajuste a valor justo de elementos do ativo;

f) Passivo fiscal diferido relativos a ajustes de elementos do ativo em contrapartida ao resultado;

g) Compensação entre ativos e passivos diferidos. Valores revisados a cada encerramento do exercício podendo ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.



Notas Explicativas

A realização das diferenças temporárias está projetada da seguinte forma:

2024.....	14.578
2025.....	10.714
2026.....	10.714
2027.....	10.714
2028.....	10.714
2029 até 2042.....	139.283
	<u>196.717</u>

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora e Consolidado	
	31.03.24	31.12.23
Circulante		
Depósitos vinculados (a).....	486	232
Não circulante		
Depósitos judiciais (b).....	57.902	57.723
	<u>58.388</u>	<u>57.955</u>

- a) Refere-se à caução vinculado ao Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo para operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda;
- b) Trata-se de depósitos iniciais ou recursais envolvendo diversos processos cíveis, trabalhistas e tributários da Companhia. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo. O depósito de maior relevância, R\$ 18.566 refere-se à ação anulatória de débito fiscal com pedido de tutela de urgência para suspensão da exigibilidade do crédito fiscal na forma do art.151, inciso V do Código Tributário Nacional. Foi notado pela EMAE que o IPTU do imóvel situado na Av. Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, bairro Pedreira, São Paulo - SP, sofreu forte elevação, tendo sido requerida sua revisão junto ao Centro de Atendimento da Fazenda Municipal da Prefeitura de São Paulo.



Notas Explicativas

10. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Classificam-se nesta rubrica os Ativos não circulantes de propriedade da EMAE que serão objeto de alienação por meio de processo licitatório nos próximos 12 meses.

A partir de 2022 a Companhia, com base em Laudos de Avaliação elaborados por instituições certificadas, registrou a valor justo, dois imóveis, o terreno relativo ao Parque Villa Lobos, e o terreno Bota- Fora 14, ambos classificados inicialmente como propriedades para investimento. O terreno do parque foi posteriormente objeto de permuta com imóvel Edifício situado na Rua Augusta que, juntamente com o Bota-Fora 14, foram realocados como Ativo não circulante mantidos para venda após deliberação em reunião do Conselho de Administração que autorizou a alienação de ambos através de processo licitatório.

Em 31 de março de 2024, os seguintes imóveis compõem essa rubrica:

Edifício localizado à Rua Augusta, 1.626 - São Paulo/SP

Por meio do Decreto Estadual n.º 66.983, de 20 de julho de 2022, a Fazenda do Estado de São Paulo foi autorizada a realizar permuta de edifício de sua propriedade localizado à Rua Augusta, n.º 1626, São Paulo/SP, avaliado em R\$ 82.461, com terreno de propriedade da EMAE, com área de 71.523,70 m², inserido no Parque Estadual Villa Lobos, situado na Avenida Dra. Ruth Cardoso, altura do n.º 4.800, também no município de São Paulo - SP, avaliado em R\$ 94.770. Coube à EMAE receber à vista a torna resultante da diferença entre o valor dos imóveis equivalente a R\$ 12.309, na oportunidade do registro da escritura. Este evento foi objeto de Comunicado ao Mercado em 21 de julho de 2022.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de novembro de 2022 foi autorizada a alienação mediante licitação pública do referido imóvel.

Terrenos - Zuccolo (antigo bota-fora 14)

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2022 foi autorizada sua alienação mediante licitação pública.

Cabe destacar que para fins fiscais, os valores das vendas serão realizados conforme hipóteses previstas no parágrafo 6º, artigo 13, inciso 6º, itens 1º a 4º. do Regulamento do Imposto de Renda, e para fins societários, será aplicado o disposto no item 62 do NBC TG (R4) n.º 28 - Propriedade para Investimento.

No trimestre findo em 31 de março de 2024 o montante da rubrica corresponde a R\$ 255.400. Portanto, o valor permanece inalterado em relação ao número apresentado em 31 de dezembro de 2023.

11. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Refere-se a investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31 de dezembro de 2012, data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei n.º 12.783, os quais serão remunerados e/ou ressarcidos por meio da RAG, conforme Procedimento de Regulação Tarifária - PRORET - submódulo 12.

A Companhia classifica o ativo financeiro indenizável na categoria de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado.



Notas Explicativas

Movimentação do ativo financeiro indenizável:

	Controladora e Consolidado						Saldo em 31.03.24
	Saldo em 31.12.23	Adições (a)	Transferência	Crédito Pis/Cofins	Compensação (b)	Amortização (c)	
Circulante							
Ativo financeiro.....	17.314	-	5.248	-	-	(4.493)	18.069
	17.314	-	5.248	-	-	(4.493)	18.069
Não circulante							
Adiantamento a fornecedores.	46.935	3.242	-		(7.120)	-	43.057
Ativo financeiro.....	311.638	20.161	(5.248)	(2.030)	-	-	324.521
	358.573	23.403	(5.248)	(2.030)	(7.120)	-	367.578
TOTAL	375.887	23.403	-	(2.030)	(7.120)	(4.493)	385.647

- Investimentos realizados nas usinas cotistas que aumentem a vida útil das unidades e em melhorias que trarão maior eficiência na produção energética;
- Compensação de adiantamentos realizados pelo recebimento dos bens;
- Amortização dos investimentos realizados (Nota 19).

12. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

Este termo refere-se aos bens reversíveis das usinas do Complexo Henry Borden, Porto Góes e Rasgão, que não estavam amortizados ou depreciados em 31 de dezembro de 2012 e que, em virtude da prorrogação da concessão no âmbito do regime de cotas, deverão ser indenizados pelo Poder Concedente, de acordo com o artigo 2º do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, e a Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, conforme alterada.

Atendendo ao requerido no Decreto, em 26 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu ofício à ANEEL, manifestando interesse em receber a devida indenização. Com base na Resolução Normativa ANEEL nº 942/21, a EMAE, em julho de 2022, encaminhou à ANEEL o relatório detalhado de avaliação de bens para fins de indenização. A ANEEL, após diligência sobre os itens e valores a indenizar, estabeleceu em Diretoria o valor de R\$ 281,1 milhões, base 31 de dezembro de 2012, e encaminhou a avaliação técnica para o Ministério de Minas e Energia para providências cabíveis.

O valor líquido contábil dos ativos reversíveis em 31 de março de 2024 é de R\$ 195,4 milhões.

13. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.24	31.12.23	31.03.24	31.12.23
Pirapora Energia S.A (a).....	139.237	151.787	-	-
Áreas adjacentes - U. São Paulo (b)....	144.717	144.717	144.717	144.717
Universo Fotovoltaico Flutuante (c).....	1.503	1.503	1.503	1.503
Total.....	285.457	298.007	146.220	146.220

- A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A.



Notas Explicativas

Abaixo, é apresentado um resumo das informações financeiras da controlada:

	31.03.24	31.12.23
Ativo.....	157.549	160.281
Passivo.....	18.312	8.494
Patrimônio Líquido.....	139.237	151.787
	1T 24	1T 23
Lucro do período.....	6.871	7.000

Demonstração do patrimônio líquido da controlada Pirapora Energia:

	Controlada
Saldo em 31.12.2023.....	151.787
Dividendo adicional aprovado em AGO.....	(19.421)
Resultado de equivalência patrimonial.....	6.871
Saldo em 31.03.2024.....	139.237

b) Áreas adjacentes à Usina São Paulo

Propriedades mantidas pela Companhia para auferir aluguel ou para valorização do capital, compostas de terrenos e edifícios não vinculados à atividade principal da Companhia.

Ajuste a valor justo

Até 30 de junho 2022, os bens classificados como propriedades para investimento estavam reconhecidos a custo histórico. A partir do 3º trimestre de 2022, a Companhia, com base em Laudo de instituição certificada, registrou a valor justo, por ocasião da transferência para propriedades para investimentos, os imóveis denominados espaços A e C subjacentes à Usina São Paulo, com a correspondente contrapartida na conta de Ajustes de Elementos do Ativo, no patrimônio líquido. Para fins de impostos, o valor dessa mais valia será realizado conforme hipóteses previstas no parágrafo 6º, artigo 13, inciso 6º, itens 1º a 4º. do Regulamento do Imposto de Renda. Para fins societários em caso de alienação do bem recebido em permuta será aplicado o disposto no item 62 do CPC 28 - Propriedade para Investimento.

Informamos que no trimestre findo em 31 de março de 2024 não houve movimentação financeira na referida rubrica.

c) Participação em coligada

Participação acionária de 5% no empreendimento Universo Fotovoltaico Flutuante referente Implementação de centrais fotovoltaicas flutuantes no Reservatório Billings, inaugurado a primeira fase do projeto em dezembro de 2023 com 5 MW de potência em geração distribuída.

Informamos que no trimestre findo em 31 de março de 2024 não houve movimentação financeira na referida rubrica.



Notas Explicativas

14. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 31 de março de 2024 está representada por:

	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo	Adições	Transferência	Depreciação do período	Saldo
		em 31.12.23				em 31.03.24
Controladora						
Em serviço						
Terrenos.....		2.470	-	-	-	2.470
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	690	-	36	(16)	710
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	3.502	5	1.487	(219)	4.775
Veículos.....	14,3%	242	-	67	(40)	269
Móveis e Utensílios.....	6,3%	269	-	-	(7)	262
Subtotal.....		7.173	5	1.590	(282)	8.486
Em curso.....		69.734	33	(1.590)	-	68.177
Total Controladora.....		76.907	38	-	(282)	76.663

	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo	Adições	Transferência	Depreciação do período	Saldo
		em 31.12.23				em 31.03.24
Consolidado						
Em serviço						
Terrenos.....		2.470	-	-	-	2.470
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	41.916	-	-	(268)	41.648
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	45.059	5	36	(296)	44.804
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	55.882	-	1.487	(791)	56.578
Veículos.....	14,3%	242	-	67	(40)	269
Móveis e Utensílios.....	6,3%	270	-	-	(7)	263
Subtotal.....		145.839	5	1.590	(1.402)	146.032
Em curso.....		72.087	278	(1.590)	-	70.775
Total Consolidado.....		217.926	283	-	(1.402)	216.807

	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo	Adições	Depreciação do período	Saldo
		em 31.12.22			em 31.03.23
Controladora					
Em serviço					
Terrenos.....		4.954	-	-	4.954
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	753	-	(16)	737
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	4.483	-	(249)	4.234
Veículos.....	14,3%	399	-	(40)	359
Móveis e Utensílios.....	6,3%	298	-	(7)	291
Subtotal.....		10.887	-	(312)	10.575
Em curso.....		69.688	13	-	69.701
Total Controladora.....		80.575	13	(312)	80.276

	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo	Adições	Depreciação do período	Saldo
		em 31.12.22			em 31.03.23
Consolidado					
Em serviço					
Terrenos.....		4.954	-	-	4.954
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	43.796	-	(267)	43.529
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	46.244	-	(297)	45.947
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	59.406	-	(804)	58.602
Veículos.....	14,3%	399	-	(40)	359
Móveis e Utensílios.....	6,3%	299	-	(7)	292
Subtotal.....		155.098	-	(1.415)	153.683
Em curso.....		69.688	331	-	70.019
Total Consolidado.....		224.786	331	(1.415)	223.702



Notas Explicativas

Análise de redução ao valor recuperável dos ativos

Durante o 1º trimestre de 2024 a administração da Companhia não identificou a necessidade de registro de estimativa para perda ao valor recuperável em seu imobilizado.

Estrutura Edgard de Souza

A EMAE iniciou tratativas para motorizar as estruturas existentes junto à barragem Edgard de Souza com aproveitamento integral das instalações cujos bens estão registrados na rubrica Imobilizado, em curso, compondo o montante de R\$ 68.177 em 31 de março de 2024.

15. FOLHA DE PAGAMENTO E ESTIMADAS

	Controladora e Consolidado	
	31.03.24	31.12.23
Provisão de férias e encargos.....	11.491	11.441
PLR e Bonus.....	4.964	4.964
	16.455	16.405

16. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A EMAE patrocina dois planos de previdência complementar de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários. Os planos, denominados PSAP/EMAE e EMAE-CD, são administrados pela VIVEST, entidade fechada de previdência privada. O PSAP/EMAE possui características de benefício definido e foi fechado para novas adesões desde 2018. Em contrapartida, o EMAE-CD, inaugurado no mesmo ano, possui características de contribuição definida e não oferece risco atuarial.

Anualmente, os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano PSAP/EMAE, incluindo contribuições, custos, passivos e ativos, são calculados por atuário independente considerando a mesma data base do encerramento do exercício, e são registrados em conformidade com o CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a Empregados. O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de benefício definido representa o valor presente da obrigação do PSAP/EMAE, descontado pelo valor justo dos ativos do plano. Quaisquer ganhos ou perdas atuariais são diretamente registradas no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes".

A avaliação atuarial do PSAP/EMAE é realizada considerando as características de cada um dos três subplanos, a saber:

- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS;
- Benefício definido (BD), e
- Contribuição Variável (CV)



Notas Explicativas

A criação dos subplanos do PSAP/EMAE remonta a 1997, quando o plano oferecido aos empregados e aposentados da época foi saldado. Esses subplanos apresentam as seguintes características:

a) Plano saldado BSPTS – vigente até 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa a Benefício Saldado em 31 de dezembro de 1997 abrangendo, portanto, somente os participantes inscritos até aquela data, e que tem como base a cobertura da média salarial à época, corrigida e a proporção do direito adquirido até a data do saldamento. A EMAE é integralmente responsável pelas eventuais insuficiências atuariais apuradas no BSPTS.

b) Plano BD – iniciado em 1998 (fechado para novas adesões em 2018)

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido, na base de 70% da média salarial dos 36 meses anteriores ao início do benefício. Conforme regulamentação vigente, a EMAE é responsável pela cobertura de 50% de eventuais insuficiências atuariais apuradas no BD.

c) Plano CV – iniciado em 1998 (fechado para novas adesões em 2018)

Trata-se de suplementação adicional que tem como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da escolha do participante considerando as modalidades de renda: (i) calculada por percentual do saldo de conta, (ii) renda por tempo determinado ou (iii) renda vitalícia com características de benefício definido.

O saldo da conta de aposentadoria total inclui aportes individuais e aportes da patrocinadora, ficando esta responsável, no caso da opção pelo benefício definido (iii), por equalizar somente os eventuais déficits atuariais relativos aos seus aportes.

Troca do índice de reajuste do PSAP/EMAE

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou, por meio da Portaria nº 201, a mudança do indexador do plano, do IGP-DI para, IPCA a partir de maio de 2021. Essa ação mitigou um importante risco de descasamento entre a correção de ativos e passivos do PSAP/EMAE.

Política de Investimentos do PSAP/EMAE

A política de investimentos do plano, definida por meio de estudo de gerenciamento conjunto de ativos e passivos ("*Asset Liability Management*"), resultou na alocação média no ano de 83% em renda fixa, 11% em renda variável e 6% em outros segmentos, obtendo rentabilidade consolidada de 10,87% em 2023, ante a meta atuarial de 10,10% no mesmo período.



Notas Explicativas

Em 31 de março de 2024, o valor das obrigações de benefício pós-emprego relativos à previdência complementar administrado pela Vivest corresponde a R\$ 373.743 que ajustados pela avaliação atuarial independente, conforme CPC 33 (R1) resulta em um saldo de R\$ 347.709.

		Controladora e Consolidado			
		31.03.24			31.12.23
Credor	Objeto	Circulante	Não Circulante	Total	Total
VIVEST	- Fundos de Pensão	65.701	308.042	373.743	384.155
	- Ajuste CPC 33 (R1) (IAS 19).....	-	(26.034)	(26.034)	(26.034)
		65.701	282.008	347.709	358.121

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

17.1 CONTINGÊNCIAS – POSSIBILIDADE DE PERDA PROVÁVEL

Controladora e Consolidado				
	Saldo 31.12.23	Provisões Líquidas de Reversões	Pagamentos	Saldo 31.03.24
Não circulante				
Trabalhistas				
Periculosidade (a)....	12.768	387	-	13.155
Diversas (b).....	22.720	5.325	(1.255)	26.790
	35.488	5.712	(1.255)	39.945
Cíveis (c).....	52.159	898	(5.885)	47.172
Tributárias (d).....	10.862	1.389	-	12.251
Ambiental (e).....	6.597	200	-	6.797
Administrativo.....	93	3	-	96
	105.199	8.202	(7.140)	106.261

A) Periculosidade

Trata-se de reclamação trabalhista coletiva, proposta pelo Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, em face da EMAE, em 07/07/1999, pretendendo o pagamento de adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos quadros da Companhia. A ação foi julgada procedente apenas para 104 empregados, tendo sido mantida a sentença em todos os graus de recurso havidos, com o trânsito em julgado da decisão. A ação foi classificada, em sua probabilidade de êxito, em perda provável pelos advogados da Companhia. Iniciada a fase de execução da sentença, foram homologados os cálculos apresentados pelo perito judicial, os quais apresentaram substancial dissonância para com os termos da sentença em execução. O laudo pericial contemplou 32 empregados, sendo tais aqueles que não realizaram acordo no processo. Arguida, pela EMAE, a nulidade da perícia judicial por não ter sido realizada na forma determinada por sentença judicial, foi mantida a decisão de perícia contábil pelo magistrado, motivo pelo



Notas Explicativas

qual, na data de 03/03/2023, a EMAE interpôs recurso de Agravo de Petição e, na data de 10/03/2023, a EMAE impetrou Mandado de Segurança, ambos os recursos com o mesmo objetivo, porém com razões processuais distintas. O Agravo de petição possui, como objetivo, anular a perícia judicial realizada, sob o fundamento de que o dispositivo da sentença transitada em julgado determina que as parcelas deferidas deverão ser apuradas por meio de liquidação por artigos, e que, portanto, não poderia ter sido realizada de forma meramente contábil. O Mandado de Segurança - Processo nº 1005331-61.2023.5.02.0000 - possui os mesmos objetivos e fundamentos do Agravo de petição, porém, foi impetrado com o objetivo de propiciar maior segurança recursal. Durante o 3º trimestre de 2023, com fundamento em laudo contábil elaborado por entidade certificada, a companhia converteu parte do valor classificado como “provável” em “possível”, em função da possibilidade de êxito, relativo à parcela controversa, no recurso de Agravo de Petição e no Mandado de Segurança, respectivamente interposto e impetrado, bem como, em função da efetivação de acordos judiciais em valores menores com alguns dos empregados favorecidos na ação. A classificação de probabilidade do presente processo mantém-se como “provável”, porém, por convenção interna, parte dos valores foi reclassificada para “possível”, sendo estes os correspondentes à diferença entre os cálculos homologados pelo juízo (deduzidos os valores dos acordos já realizados no período) e os cálculos apresentados pela EMAE em sua impugnação acrescidos de 15% a título de honorários advocatícios.

B) Diversas

Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados que requerem em geral o pagamento de equiparação salarial, base horária, insalubridade e outras questões.

C) Cíveis

Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial, sendo mais relevante o processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., que pleiteia o direito de não optar pelo chamado “alívio de exposição” relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001, o que permite o provimento ao recurso de apelação da AES Sul, ao qual foram opostos pela EMAE e outras Interessadas embargos de declaração. Atualmente, referidos recursos aguardam julgamento.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda provável em 31 de março 2024 sendo o valor provisionado para esta causa de R\$ 44.921 (R\$ 44.141 em 31 de dezembro de 2023).

D) Tributário

Trata-se, principalmente, de Ação anulatória de débito fiscal com pedido de Tutela de Urgência, para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, na forma do art.151. inciso V, do Código Tributário Nacional. Foi notado que o IPTU do Imóvel situado na Av. Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Pedreira - São Paulo estava com valor expressivamente maior, requerendo junto ao Centro de Atendimento da Fazenda Municipal da Prefeitura de São Paulo, a revisão da cobrança, ocasião em que foi orientado pelo Município que a Companhia efetuasse o pedido por meio de processo eletrônico via site. Em 31 de março de 2024, ainda que o sucesso da EMAE no pleito seja provável, resta um valor estimado de pagamento que corresponde a R\$ 10.634.



Notas Explicativas

E) Ambiental

O Processo de maior relevância refere-se à Ação Civil Pública de 2015 proposta com o objetivo de responsabilizar a EMAE pela mortandade de peixes no Rio Tietê e Córrego do Ajudante na cidade de Salto em decorrência de descarga realizada nas barragens de Pirapora, Rasgão e Porto Góes, que teriam provocado o descolamento dos sedimentos depositados no fundo dos barramentos. O processo está contabilizado como probabilidade de perda provável e no período findo em 31 de março de 2024 corresponde a R\$ 6.705.

17.2 CONTINGÊNCIAS – PROBABILIDADE DE PERDA POSSÍVEL

As contingências em 31 de março de 2024, nas suas diferentes espécies avaliadas e classificadas segundo sua probabilidade de risco econômico-financeiro como perda possível estão demonstradas a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	31.03.24	31.12.23
Administrativo.....	749	204
Ambiental	5.179	5.035
Cível.....	4.308	2.630
Trabalhista.....	42.257	31.276
Tributário.....	81.826	85.677
	<u>134.319</u>	<u>124.822</u>

a) Administrativo

Trata-se do Processo n° 10880.958.603/2021-21 (processo de cobrança) que está vinculado ao processo de crédito de n° 10880-954.642/2021-59 - manifestação de inconformidade elaborada pela EMAE, em que o contribuinte manifestou interesse em compensar seu débito com crédito de pagamento indevido ou a maior de COFINS. Em 31 de março de 2024 o valor corresponde a R\$ 452.

b) Ambiental

O principal processo ambiental classificado como perda possível se refere a Ação Civil Pública proposta pela Defensoria Pública de SP no ano de 2010 em face do DAEE, EMAE, SABESP e Estado de São Paulo, por supostos problemas sociais advindos de inundação no Jardim Pantanal, na Zona Leste de São Paulo. No mérito, foi demonstrado que a responsabilidade pelos supostos danos materiais e morais coletivos é do poder público, e não da EMAE, não tendo sido demonstrado nexos causal entre suas atividades e a inundação do Jardim Pantanal. Em maio de 2018 o MPSP requereu a designação de audiência com as partes para tentativa de conciliação. Em seguida, a EMAE se manifestou no sentido de que não se opunha à realização da audiência, contudo, não havia proposta de acordo, uma vez que não é responsável pelo dano, reiterando o pedido de exclusão da lide. Em 31 de março de 2024 o valor do processo corresponde a R\$ 4.437.



Notas Explicativas

c) Cível

Trata-se de ação de usucapião da área localizada na Av. da Nações Unidas, Bairro Itaim Bibi promovida pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM (Estação Transformadora ETC FEPASA - Morumbi). Em 31 de março de 2024 o valor do processo corresponde a R\$ 1.169.

d) Trabalhista

O principal valor refere-se a parte controversa da ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricitários em 07/07/1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo nº 01767006319995020039 - 39ª Vara, pleiteando o pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos quadros da Companhia. (Vide nota 17.1, alínea (a) Periculosidade).

e) Tributário

Processos de execução fiscal em que a Prefeitura do Município de Cubatão cobra o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, constante da Certidão de Dívida Ativa que instruiu o processo em questão, decorrente dos exercícios de 2014 até 2021 referentes a imóvel de propriedade da Eletropaulo, apontando os demais executados como corresponsáveis. O valor dos dois processos em 31 de março 2024 corresponde a R\$ 23.039.

No 1º trimestre foi reclassificado de remoto para possível processo de execução fiscal visando a cobrança de débitos e IPTU dos anos de 2000 a 2004 referente a imóvel situado no município de Carapicuíba cujo valor provisionado corresponde a R\$ 6.038. Somado a isso, temos avaliado como possível perda, o valor controverso de R\$ 11.523 referente ao IPTU de Imóvel situado na Av. Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Pedreira - São Paulo.

17.3 ATIVOS CONTINGENTES

A companhia enfrenta atualmente 21 processos de desapropriação com possível resultado total de indenização para a EMAE de R\$ 68.843.

18. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

A Companhia, desde sua constituição em 1998, oriunda da cisão da Eletropaulo, possui um saldo inicial registrado na conta de Obrigações Especiais - RGR (Reserva Global de Reversão), de R\$ 16.202 que permaneceu inalterado até 31 de dezembro de 2017. Durante este período a Companhia recolheu apenas os juros correspondentes, conforme estabelecido na legislação vigente. Entretanto, com o advento do Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2027 (10 anos), com base em nova legislação em vigor, o referido montante está sendo amortizado em bases mensais mediante recolhimento à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.



Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado					31.03.24
	31.12.23	Transferência	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	
Circulante						
Obrigações Especiais - RGR..	1.801	450	64	(64)	(450)	1.801
Não Circulante						
Obrigações Especiais - RGR..	3.599	(450)	-	-	-	3.149

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES - INVESTIMENTOS NA CONCESSÃO

Correspondem à provisão para realização de investimentos nas usinas cotistas em razão das obrigações estabelecidas no 2º termo Aditivo do Contrato de Concessão e no Submódulo Proret 12.1 - Procedimentos de Regulação Tarifária emitido pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, estando em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os valores provisionados são contabilizados de acordo com o Plano de Investimentos e apresentam as seguintes movimentações no período:

	Controladora e Consolidado				Saldo 31.03.24
	Saldo 31.12.23	(a) Provisão	Transferência	Amortização	
Passivo					
Circulante.....	17.314	-	5.248	(4.493)	18.069
Não Circulante.....	427.753	20.381	(5.248)	-	442.886
	445.067	20.381	-	(4.493)	460.955

(a) Provisão ajustada pela melhor estimativa

A provisão tem como objetivo preservar recursos financeiros recebidos ao longo do período de concessão destinados à implantação do Plano de Investimentos nas usinas cotistas a fim de atender às disposições contratuais do 2º termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O Plano de investimentos é atualizado, no mínimo, a cada Revisão Tarifária (quinquenal) realizada pela ANEEL.



Notas Explicativas

20. OUTRA OBRIGAÇÃO - COMGÁS

Trata-se de quatro contratos de permissão à Comgás de uso de áreas a título oneroso para a instalação de canteiros, áreas de válvulas, estação de medição e recebimento de gás (city gate), obras de arranjo geral da tubulação e dos equipamentos da Estação de Regulagem de Pressão e Recebedor de PIG, com vigência até 30 de novembro de 2042. A EMAE recebeu antecipadamente o montante de R\$ 10.982 cuja apropriação em seu resultado vem ocorrendo de forma linear ao longo do exercício. Até 31 de março de 2024 a EMAE contabilizou o montante de R\$ 158 no Resultado.

21. OUTROS PASSIVOS

	Controladora e Consolidado	
	31.03.24	31.12.23
Depósitos Judiciais (a).....	591	602
Agrupamento de ações.....	592	592
Caução contratual - DATA ROOM (b).....	3.270	2.510
Seguros a pagar.....	192	193
	4.645	3.897

- a) O passivo de depósitos judiciais se refere a ações trabalhistas já finalizadas e com depósito judicial ainda não liberado em favor da contraparte;
- b) Cauções realizados pelas empresas interessadas no processo de desestatização da Companhia.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, descritas a seguir:

22.1. ATIVO FINANCEIRO - ACORDO SABESP

Desde 2014, a Companhia vinha negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitavam na esfera judicial e arbitral referentes ao uso da água de represas sob gestão da EMAE. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças ("Instrumento") para o encerramento de todos os litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

Após o cumprimento das Condições Suspensivas, incluindo anuência da ANEEL, e a aprovação do referido aditivo nos Conselhos de administração da EMAE e da SABESP, o Instrumento passou a ter plena eficácia.

Esse Instrumento e seu aditivo determinaram o recebimento pela EMAE de R\$ 218.130, a partir de 2017, distribuídos da seguinte forma: a) R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9.254 a título indenizatório; e b) R\$ 171.860, em vinte e seis parcelas anuais e sucessivas de R\$ 6.610, a título de compensação de despesas, ambos corrigidos monetariamente pelo IPCA.



Notas Explicativas

Em 31 de março de 2024, a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 96.521, dos quais R\$ 87.813 estão classificados no ativo não circulante.

Demonstração da mutação do Contrato da Sabesp:

O ajuste a valor presente foi apurado por uma taxa de juros média de 6,89% mais prêmio de risco de 1,29%, ambas ao ano, aplicado pelo prazo do contrato.

	Controladora e Consolidado			Saldo 31.03.24
	Saldo 31.12.23	Transferências	Encargos Financeiros	
ATIVO				
Circulante				
Sabesp.....	13.458	3.822	-	17.280
Ajuste a valor presente.....	(4.750)	(4.719)	1.176	(8.293)
	8.708	(897)	1.176	8.987
Não Circulante				
Sabesp.....	139.385	(3.822)	1.922	137.485
Ajuste a valor presente.....	(51.572)	4.719	-	(46.853)
	87.813	897	1.922	90.632
	96.521	-	3.098	99.619

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

2025	8.402
2026	7.855
2027	7.344
2028	6.865
2029 até 2042.....	60.166
	<u>90.632</u>

22.2. CONVÊNIO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ENTRE EMAE E PIRAPORA

Em dezembro de 2020, com prévia anuência da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a EMAE firmou junto à sua controlada - Pirapora Energia S.A, Convênio para o compartilhamento dos custos de pessoal. Durante o 1º trimestre de 2024 e 2023, com base no convênio, a EMAE recebeu reembolso das despesas de pessoal no valor de R\$ 1.289 e R\$ 1.232, respectivamente.

22.3. CONVÊNIO SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Em 16 de julho de 2018 a Companhia firmou convênio de cooperação técnico-operacional com a então Secretaria de Estado de Energia e Mineração SEEM, atual Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística - SEMIL, tendo por objeto a conjugação de esforços para o desenvolvimento de estudos e projetos na área de energia, com vistas à otimização, racionalização, controle de qualidade e dos padrões de prestação do suprimento de energia no Estado de São Paulo, por meio de parceria na utilização de conhecimentos técnicos e tecnologias. A Secretaria iniciou tratativas para o encerramento do convênio em 2019, suspendendo as atividades, e o valor remanescente foi quitado em 2023.

Notas Explicativas



22.4. CESSÃO DE EMPREGADOS

Refere-se à cessão de empregados da Companhia, mediante ressarcimento junto às atuais Secretaria de Desenvolvimento Regional, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, órgãos da Administração do Estado de São Paulo. Em 31 de março de 2024, o saldo a receber é de R\$ 1.511, vide Nota 7, letra (c).

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1. CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

NOME	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	Ações	%	Ações	%	Ações	%
Centrais Elétricas Bras S.A. Eletrobrás.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.353.442	97,61	50.981	0,23	14.404.423	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo.....	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
Outros.....	1.096	-	7.774.400	34,95	7.775.496	21,04
TOTAL.....	14.705.370	100,00	22.241.714	100,00	36.947.084	100,00

Durante o período findo em 31 de março de 2024 não houve emissão de novas ações.

De acordo com o estatuto social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

Cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, mas farão jus à: **a)** prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; **b)** direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; **c)** direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; e **d)** direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

23.2. LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação na tabela abaixo contemplam essa condição.



Notas Explicativas

Cálculo de lucros por ação para os períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e Consolidado			
	IT 24		IT 23	
Lucro líquido do período.....	R\$	22.495	R\$	18.882
Número de ações ordinárias.....		14.705.370		14.705.370
Número de ações preferenciais.....		22.241.714		22.241.714
Total.....		36.947.084		36.947.084
Lucro por ação básico e diluído				
Ação Preferencial.....	R\$	0,63	R\$	0,53
Ação Ordinária.....	R\$	0,57	R\$	0,48

A quantidade média ponderada de ações adotada no cálculo do lucro básico por ação coincide com a quantidade média ponderada de ações adotada na apuração do lucro por

24. RECEITA LÍQUIDA

24.1. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	IT 24	IT 23	IT 24	IT 23
RECEITA				
Cotas de energia elétrica (Nota 24.2).....	126.224	124.379	126.224	124.379
Suprimento de energia - leilão (Nota 24.2).....	-	-	11.557	11.389
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 24.2).....	-	-	76	138
Renda da prestação de serviços (Nota 24.3).....	3.294	2.596	3.294	2.596
Outras receitas.....	5.581	888	5.581	888
Receitas relativas à construção de ativos da concessão (Nota 11)...	20.161	11.614	20.161	11.614
	155.260	139.477	166.893	151.004
DEDUÇÕES À RECEITA				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(10.053)	(9.718)	(10.402)	(10.064)
PIS sobre receitas operacionais.....	(2.182)	(2.110)	(2.258)	(2.185)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(165)	(129)	(165)	(129)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(1.113)	(1.074)	(1.113)	(1.074)
	(13.513)	(13.031)	(13.938)	(13.452)
RECEITA LÍQUIDA.....	141.747	126.446	152.955	137.552



Notas Explicativas

24.2. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	1T24	1T 23	1T24	1T 23	1T24	1T 23	1T24	1T 23
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica.....	267.130	634.741	126.224	124.379	267.130	634.741	126.224	124.379
Suprimento (b)								
Leilão.....	-	-	-	-	32.697	22.327	11.557	11.389
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo.....	-	-	-	-	-	-	76	138
Total.....	267.130	634.741	126.224	124.379	299.827	657.068	137.857	135.906

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

a) Cotas de garantia física foram introduzidas pela Lei 12.783/2013 e estão relacionadas a alocação às distribuidoras da garantia física das usinas que assinaram aditivo prorrogando o termo da concessão. Essas usinas passaram a ser remuneradas pela RAG, vide outras informações na Nota 1;

b) Classificam-se como “suprimento” as operações de venda de energia a outras concessionárias de energia elétrica, geralmente, através de contratos firmados em leilões no ACR;

c) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da CCEE.

24.3. RENDAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme demonstrado:

	Controladora e Consolidado	
	1T 24	1T 23
Petrobras (UTE's) (a).....	2.423	1.610
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda) (b)..	871	986
	3.294	2.596

(a) Contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras para a prestação dos serviços de operação das turbinas a vapor 3 e 4 da Usina Termelétrica Piratininga.

(b) Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo para operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda.



25. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

25.1. CONTROLADORA

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	1T 24	1T 23	1T 24	1T 23	1T 24	1T 23	1T 24	1T 23
Encargos de uso da rede elétrica.....	(13.283)	(12.825)	-	-	-	-	(13.283)	(12.825)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(1.766)	(3.990)	-	-	-	-	(1.766)	(3.990)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(397)	(395)	-	-	(397)	(395)
Pessoal.....	(21.808)	(20.277)	(13.760)	(13.625)	-	-	(35.568)	(33.902)
Administradores.....	-	-	(1.232)	(1.058)	-	-	(1.232)	(1.058)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 16).....	(4.673)	(6.152)	(2.949)	(4.134)	-	-	(7.622)	(10.286)
Material.....	(722)	(534)	(162)	(652)	-	-	(884)	(1.186)
Serviço de terceiros.....	(15.703)	(15.709)	(6.896)	(6.966)	-	-	(22.599)	(22.675)
Depreciação/amortização	-	-	(595)	(645)	-	-	(595)	(645)
Aluguéis.....	-	-	(1.755)	(1.706)	-	-	(1.755)	(1.706)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 17.1).....	(8.197)	(5.851)	-	-	-	-	(8.197)	(5.851)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 19).....	(20.381)	(23.591)	-	-	-	-	(20.381)	(23.591)
(-) Créditos PIS/COFINS.....	2.327	2.537	-	-	-	-	2.327	2.537
IPTU.....	(3.436)	(3.464)	-	-	-	-	(3.436)	(3.464)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 11).....	(20.161)	(11.614)	-	-	-	-	(20.161)	(11.614)
Seguros.....	(253)	(2.018)	-	-	-	-	(253)	(2.018)
Condomínio.....	-	-	(336)	(239)	-	-	(336)	(239)
Patrocínio incentivado.....	-	-	-	-	(400)	-	(400)	-
Patrocínio não incentivado.....	-	-	-	-	(30)	-	(30)	-
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	2.695	751	2.695	751
Outras.....	(251)	(33)	-	(1)	-	-	(251)	(34)
Total.....	(108.307)	(103.521)	(28.082)	(29.421)	2.265	751	(134.124)	(132.191)



25.2. CONSOLIDADO

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	1T 24	1T 23	1T 24	1T 23	1T 24	1T 23	1T 24	1T 23
GSF - Garantia física.....	(554)	(524)	-	-	-	-	(554)	(524)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(13.457)	(12.930)	-	-	-	-	(13.457)	(12.930)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(1.766)	(3.990)	-	-	-	-	(1.766)	(3.990)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(423)	(419)	-	-	(423)	(419)
Pessoal.....	(23.097)	(21.509)	(13.760)	(13.625)	-	-	(36.857)	(35.134)
Administradores.....	-	-	(1.232)	(1.058)	-	-	(1.232)	(1.058)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 16).....	(4.673)	(6.152)	(2.949)	(4.134)	-	-	(7.622)	(10.286)
Material.....	(730)	(620)	(162)	(652)	-	-	(892)	(1.272)
Serviço de terceiros.....	(16.414)	(16.583)	(6.896)	(6.966)	-	-	(23.310)	(23.549)
Depreciação/amortização.....	(1.140)	(1.123)	(595)	(645)	-	-	(1.735)	(1.768)
Aluguéis.....	-	-	(1.755)	(1.706)	-	-	(1.755)	(1.706)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 17.1).....	(8.197)	(5.851)	-	-	-	-	(8.197)	(5.851)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 19).....	(20.381)	(23.591)	-	-	-	-	(20.381)	(23.591)
(-) Créditos PIS/COFINS.....	2.327	2.537	-	-	-	-	2.327	2.537
IPTU.....	(3.436)	(3.464)	-	-	-	-	(3.436)	(3.464)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 11).....	(20.161)	(11.614)	-	-	-	-	(20.161)	(11.614)
Seguros.....	(614)	(2.127)	-	-	-	-	(614)	(2.127)
Condomínio.....	-	-	(336)	(239)	-	-	(336)	(239)
Patrocínio incentivado.....	-	-	-	-	(400)	-	(400)	-
Patrocínio não incentivado.....	-	-	-	-	(30)	-	(30)	-
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	2.695	751	2.695	751
Outras.....	(261)	(46)	-	(1)	-	-	(261)	(47)
Total.....	(112.554)	(107.587)	(28.108)	(29.445)	2.265	751	(138.397)	(136.281)



Notas Explicativas

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	1T 24	1T 23	1T 24	1T 23
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	10.675	13.542	11.101	14.137
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga (Nota 6).....	948	1.815	948	1.815
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 22.1).....	1.176	1.205	1.176	1.205
(-) Tributos sobre receitas financeiras.....	(535)	(701)	(535)	(701)
Atualizações de Créditos Tributários.....	6	167	6	167
Outras.....	-	-	11	32
	12.270	16.028	12.707	16.655
Despesas				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(9)	(648)	(9)	(648)
Juros sobre RGR.....	(64)	(86)	(64)	(86)
IOF.....	(44)	(229)	(44)	(233)
Outras.....	-	-	-	(77)
	(117)	(963)	(117)	(1.044)
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga (Nota 6).....	830	4.764	830	4.764
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 22.1).....	1.922	2.405	1.922	2.405
Outras variações monetárias.....	822	1.355	822	1.355
	3.574	8.524	3.574	8.524
	15.727	23.589	16.164	24.135

27. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operações (a).....	09/05/2023	09/05/2024	40.000	392
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (b)...	05/12/2023	05/12/2024	70.000	190
Seguro de Veículos - Caminhões (c).....	11/09/2023	11/09/2024	1.078	8
Seguro Riscos Operacionais PPEN (d).....	12/01/2024	12/01/2025	140.953	480
Seguro Empresarial - Condomínio (e).....	01/08/2023	01/08/2024	6.300	2
Seguro Aeronáutico Reta - Drone (f).....	19/01/2024	19/01/2025	608	1
Seguro Garantia Fiança Locatícia (g).....	12/04/2022	31/01/2026	6.676	123
Seguro Empresarial - Imóvel Rua Augusta (h).....	27/11/2023	27/11/2024	40.367	13
			305.982	1.209

- Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia a terceiros;
- Proteção aos segurados contra eventuais processos judiciais por danos materiais e/ou morais causados de forma involuntária no exercício de suas atividades profissionais (*Directors and officers*);
- Cobertura de Colisão Incêndio Roubo e Danos Materiais e Pessoais de 05 caminhões próprios da EMAE;
- Cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos da PCH Pirapora;
- Seguro do condomínio;
- Seguro do drone de propriedade da companhia;
- Seguro fiança da sede administrativa; e
- Seguro contra incêndio, queda de raio, explosão e danos elétricos para imóvel localizado na Rua Augusta, 1626.



Notas Explicativas

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.03.24	31.12.23	31.03.24	31.12.23
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3).....	178	409	256	409
Aplicações financeiras (Nota 3).....	425.060	411.935	436.658	425.873
Revendedores (Nota 4).....	40.649	42.003	45.882	47.269
Arrendamento UTE Piratininga (Nota 6).....	146.354	144.576	146.354	144.576
Outros créditos (Nota 7).....	19.868	8.965	3.537	1.457
Cauções e depósitos vinculados (Nota 9).....	58.388	57.955	58.388	57.955
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 22.1).....	99.619	96.521	99.619	96.521
Ativo financeiro indenizável (Nota 11).....	385.647	375.887	385.647	375.887
Ativo reversível da concessão (Nota 12).....	195.374	195.374	195.374	195.374
Fornecedores.....	11.162	4.639	12.155	5.136
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	31.585	31.586	31.585	31.586
Outras obrigações - Investimentos na concessão (Nota 19)...	460.956	445.067	460.956	445.067

Todos os instrumentos financeiros estão classificados pelo custo amortizado.

Mensuração do valor justo

Os valores registrados são uma aproximação razoável dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade principal da Companhia é geração de energia no regime de cotas, conforme estabelecido na lei 12.783/13, com concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). A atividade de sua Controlada é produção independente de energia, a qual foi comercializada através de contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

a. Riscos de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente seus níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

i. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2024, a Companhia e sua controlada não detinham instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.



Notas Explicativas

ii. Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, classificados na conta de Revendedores (Nota 4). Este risco é avaliado pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento e das cotas de energia elétrica - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas no recebimento; e (2) para recebíveis decorrentes da renda de prestação de serviços - o porte de seus clientes e a análise prévia de crédito.

Em 31 de março de 2024, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 425.238 e R\$ 436.914, controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 412.344, controladora, e R\$ 426.282, consolidado, em 31 de dezembro de 2023), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Os principais recebíveis com exposição máxima de risco de crédito são:

	Controladora e Consolidado	
	31.03.24	31.12.23
Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (Nota 6).....	146.354	144.576
Ativo financeiro indenizável (Nota 11).....	385.647	375.887
Ativo reversível da concessão (Nota 12).....	195.374	195.374
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 22.1).....	99.619	96.521
	826.994	812.358

O risco de crédito sobre as contas a receber de arrendamento financeiro é avaliado como baixo pois depende da capacidade financeira da contraparte (Petrobras) em efetuar os pagamentos nos prazos contratuais.

O ativo financeiro indenizável refere-se a valores a serem ressarcidos pelo Poder Concedente através das tarifas da concessão. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo uma vez que estes valores foram incorporados à Receita a partir da Revisão Tarifária de 2018.

O ativo reversível da concessão refere a indenização pelo Poder Concedente de ativos não totalmente depreciados ou amortizados na data de adesão ao regime de cotas. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo uma vez que estes valores já foram avaliados e aprovados pela Diretoria da ANEEL. O processo de homologação pelo Ministério de Minas e Energia está em curso.

A realização do Ativo financeiro - Sabesp depende da capacidade financeira da contraparte (SABESP) de efetuar os pagamentos nos prazos conforme estabelecido em contrato. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias não há atrasos no recebimento desse ativo financeiro.

Notas Explicativas



iii. Exposição a riscos cambiais

Durante o período findado em 31 de março de 2024, a Companhia e sua controlada não realizaram transações relevantes em moeda estrangeira.

iv. Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada são efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária e em 31 de março de 2024, estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos das variações nas taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras modificarem-se de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente para os próximos 12 meses.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Taxas de juros efetivas de 31 de março de 2024, com CDI overnight de 10,65% a.a.

	Saldo 31.03.24 Nota 3	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI	10,65%	10,65%	13,31%	15,98%
Controladora	425.060	45.269	56.575	67.925
Consolidado	436.658	46.504	58.119	69.778

	Saldo 31.03.24 Nota 3	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI	10,65%	10,65%	7,99%	5,53%
Controladora	425.060	45.269	33.962	23.506
Consolidado	436.658	46.504	34.889	24.147

O Contrato de Arrendamento da UTP Piratininga é atualizado mensalmente a uma taxa de 9,32% ao ano mais IGPM.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IGPM, considerou-se uma taxa de 9,32% a.a., imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de março de 2024, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IGPM equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.



Notas Explicativas

	Saldo 31.03.24 Nota 6	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IGPM	2,00%	11,51%	12,05%	12,60%
Arrendamento UTP	146.354	16.840	17.640	18.440

	Saldo 31.03.24 Nota 6	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IGPM	2,00%	11,51%	10,96%	10,41%
Arrendamento UTP	146.354	16.840	16.040	15.240

Boletim focus de 12 de Abril de 2024

O acordo Sabesp é atualizado a uma taxa de 6,89% mais prêmio de risco de 1,29% ambos ao ano.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IPCA, considerou-se uma taxa de 6,89% mais prêmio de risco de 1,29% a.a. fixos, imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de março de 2024, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IPCA equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

	Saldo 31.03.24 Nota 22.1	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IPCA	3,71%	12,29%	13,29%	14,30%
SABESP	99.619	12.240	13.240	14.241

	Saldo 31.03.24 Nota 22.1	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IPCA	3,71%	12,29%	11,28%	10,28%
SABESP	99.619	12.240	11.240	10.239

Boletim focus de 12 de Abril de 2024

v. Risco de liquidez

A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa e equivalentes de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.



Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

Consolidado	Até de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores.....	12.155	-	-	-	-	12.155
Dividendos/ JSCP ..	31.585	-	-	-	-	31.585
Total	43.740	-	-	-	-	43.740

b. Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico das usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. A PCH Pirapora, de propriedade de sua controlada, aderiu à repactuação do risco hidrológico conforme Lei 13.203/2015 no produto SP 100.

c. Risco de preço

A principal atividade da EMAE está exposta ao risco de variações de tarifa.

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 anos e um reajuste tarifário em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária. Portanto, as tarifas praticadas pela Companhia estão sujeitas ao controle do órgão regulador. De acordo com a fórmula paramétrica prevista na subcláusula 3ª da Cláusula 6ª do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Nesse sentido, a receita paramétrica está sujeita a variações em função de:

- Revisão de parâmetros de despesas a cada 5 anos;
- Revisão do WACC regulatório que remunera os investimentos da concessão, e
- Impacto do desempenho apurado (disponibilidade e geração média).

Os preços de comercialização de energia elétrica da controlada Pirapora são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, os quais são ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador.

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.225 de 18 de julho de 2023, a ANEEL publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

Notas Explicativas



As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG O&M (a)	GAG MELHORIAS (b)	CAIMI (c)	USO D (e)	USO T (e)	AJI (d)	AJUSTE ANTES ENCARGOS SETORIAIS (e)	TFSEE (e)	P&D (e)	RAG
Henry Borden.....	187.533	176.561	11.436	43.034	4.681	3.793	-	1.517	4.313	432.868
Porto Góes.....	4.414	4.946	271	731	-	-	-	39	105	10.506
Rasgão.....	3.723	3.776	240	702	-	232	-	32	88	8.793
	195.670	185.283	11.947	44.467	4.681	4.025	-	1.588	4.506	452.167

Fonte: REH 3.225/2023 Nota técnica n° 59/2023

d. Risco de regulação

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua controlada.

e. Risco de alteração na legislação tributária

O Governo Federal poderá implantar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.

f. Risco relacionado à integridade do empreendimento

A Companhia opera barragens de reservatórios hidrelétricos (“barragens”) em regiões densamente habitadas. Eventuais acidentes podem afetar comunidades no entorno dessas estruturas. A exploração do setor hidrelétrico, conforme delineado no Contrato de Concessão de que é titular, é realizada considerando os riscos inerentes à sua operação, inclusive aqueles de reduzida probabilidade, como o rompimento ou galgamento das barragens. Nessas hipóteses, a Companhia poderá ser acionada judicialmente com pedidos de indenização e, conseqüentemente, poderá ter sua situação financeira adversamente afetada. Para mitigar esses riscos a Companhia adota procedimentos de segurança das barragens, nos termos da legislação vigente, que estão descritos a seguir.

g. Segurança das Barragens

O sistema de segurança das barragens da EMAE foi estabelecido segundo o disposto na Lei federal n° 12.334/2010, modificada pela Lei federal 14.066/2020 que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens, e na Resolução Normativa ANEEL n° 696/2015 que em conexão com a referida Lei federal estabelece critérios para classificação e formulação do Plano de Segurança de Barragens e Revisão Periódica de Segurança

Nesse contexto, os procedimentos de segurança das barragens da EMAE compreendem a execução de inspeções regulares de segurança mediante vistorias nas estruturas, monitoramento e a análise da instrumentação associadas aos Programas de Manutenções Preditiva e Preventiva.



Notas Explicativas

Adicionalmente, a EMAE conta em sua equipe com engenheiros especializados em barragens, meio ambiente e técnico em edificações que realizam essas inspeções e elaboram a documentação técnica, assegurando a segurança das estruturas de suas barragens.

Classificação de Risco de Barragens

Classe “A” - São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial associado alto e cujas anomalias necessitam intervenção de curto prazo para manutenção das condições de segurança, não significa necessariamente casos de risco imediato de ruptura.

Classe “B” - São barragens que apresentam categoria de risco médio ou baixo e dano potencial associado, alto, médio ou baixo e cujas anomalias, se presentes devem ser controladas, monitoradas e as intervenções podem ser implementadas ao longo do tempo para manutenção das condições de segurança.

Classe “C” - São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial médio ou baixo e que não apresentam anomalias e as existentes não comprometem a segurança da barragem.

A EMAE não possui barragens classificadas na classe de risco “A”.

h. Risco relacionado ao desenvolvimento de atividades nas principais regiões metropolitanas do Estado

Os reservatórios da EMAE estão localizados na Região Metropolitana de São Paulo e sofrem as pressões urbanas decorrentes dessa localização, notadamente por se tratar de região densamente povoada e palco de diversos conflitos pelo uso do solo, abastecimento público de água, controle de cheias e questões ambientais. Esse cenário pode impactar adversamente a Companhia, em especial pela ocupação de suas áreas urbanas e margens, com impactos negativos do ponto de vista social, ambiental e operacional da Companhia.

i. Risco na gestão do Sistema Hídrico Tietê/Pinheiros (Controle de Cheias)

Por meio da Resolução nº 72, de 25 de março de 1998, a ANEEL transferiu para a EMAE os direitos de exploração dos serviços públicos de energia elétrica, notadamente para exercer as operações voltadas à geração de energia elétrica.

Nesse sentido, a EMAE realiza na gestão do sistema hídrico Tietê/Pinheiros, dentre outras, as atividades inerentes ao controle de vazão dos Rios, com a finalidade de evitar inundações em suas margens. Entretanto, eventual ocorrência de inundações pode ser vinculada às atividades desenvolvidas pela Companhia.

j. Risco na operação e manutenção das balsas - Reservatório Billings

A Companhia, por força da sucessão de obrigações da antiga Light, em função do enchimento do reservatório Billings, opera e mantém, travessias por meio de balsas em três pontos do reservatório, transportando pedestres e veículos. O serviço atende a todas as normas de segurança emanadas pela Marinha do Brasil, no entanto, a administração não tem meios de apurar com precisão os impactos de um eventual acidente com essas embarcações



Notas Explicativas

k. Risco de cobertura de déficit atuarial

Conforme informado na nota explicativa nº 16 - Benefícios pós-emprego, previdência complementar a Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, denominados Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão (PSAP/EMAE) e o Plano de Contribuição Definida (EMAE CD).

Em função das características do PSAP/EMAE, déficits podem ser apurados pela alteração dos parâmetros atuariais utilizados a cada reavaliação, tais como: descasamento do indexador do patrimônio de cobertura com o indexador de reajuste dos benefícios, taxa de juros real, tábua de mortalidade, inflação, entre outros. Conforme determina a regulamentação aplicável a previdência complementar, déficits apurados devem ser equacionados e, dessa forma, há o risco de elevação das despesas previdenciárias.

Para mitigar esse risco, além de outras medidas, em maio de 2018 a Companhia fechou o PSAP/EMAE para novas adesões e passou a oferecer aos novos entrantes apenas o Plano de Contribuição Definida, o EMAE CD. Adicionalmente, desde maio de 2021 o indexador de reajuste dos benefícios do PSAP/EMAE passou a ser o IPCA, mitigando o descasamento entre ativos e passivos do plano.

30. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de concessão

Em 4 de dezembro de 2012 a EMAE celebrou com a União o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões relativas ao complexo Henry Borden e as usinas hidrelétricas Rasgão e Porto Góes. Em 7 de outubro de 2022 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao contrato tendo como objeto adequar o referido contrato de modo a formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden e Porto Góes, prorrogando até 7 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Henry Borden e até 24 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Porto Góes.

b) Contrato de autorização

A Controlada Pirapora Energia S.A. é autorizada a explorar a PCH Pirapora como Produtor Independente de Energia Elétrica, pela Resolução Autorizativa ANEEL n.º 1429/2008, com vigência de 30/12/2014 até 02/05/2045, conforme alterada pela Resolução Autorizativa ANEEL n.º 14.896/2023.

c) Contratos de uso do sistema de transmissão e distribuição

A Companhia mantém os seguintes contratos de transmissão e distribuição:

Unidade	Tipo de conexão	Companhia
Henry Borden	Transmissão	CTEEP - Cia. De Transmissão de Energia Elétrica Paulista (SIN)
Henry Borden	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Porto Goes	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Rasgão	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica
PESA S.A	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica



Notas Explicativas

Todos os contratos possuem prazo de vigência até a data de extinção da autorização ou extinção da Companhia, o que ocorrer primeiro.

31. ALTERAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o período findo em 31 de março de 2024, a Companhia e sua controlada realizaram as seguintes operações não caixa:

	Controladora			31.03.24
	31.12.23	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	
Arrendamento UTP.....	(144.576)	-	(1.778)	(146.354)
Ativo financeiro indenizável.....	(375.887)	(16.283)	6.523	(385.647)
Investimentos.....	(298.007)	10.000	2.548	(285.459)
Imobilizado.....	(76.907)	(38)	282	(76.663)
Intangível.....	(16.523)	(1.613)	313	(17.823)

	Consolidado			31.03.24
	31.12.23	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	
Arrendamento UTP.....	(144.576)	-	(1.778)	(146.354)
Ativo financeiro indenizável.....	(375.887)	(16.283)	6.523	(385.647)
Imobilizado.....	(217.926)	(283)	1.403	(216.806)
Intangível.....	(16.556)	(1.613)	333	(17.836)

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

FATO RELEVANTE OCORRIDO EM 19 DE ABRIL DE 2024

A EMAE ("Companhia"), em continuidade ao Comunicado ao Mercado de 18 de abril de 2024, comunica a seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, a Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) realizou a Sessão Pública de Leilão da alienação de ações do Capital Social da Companhia, tendo sido classificada como vencedora a proposta de preço apresentada pela licitante PHOENIX FIP MULTIESTRATÉGIA ao valor de R\$ 70,65 por ação.

Até a data de divulgação destas Demonstrações Financeiras Intermediárias a Companhia não dispõe de novos fatos a serem divulgados.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. – EMAE
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. – EMAE contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas, as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21(R4) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (Iasb), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Ativo Reversível da Concessão

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 12, visto que os balanços patrimoniais individual e consolidado apresentam na rubrica de ativo reversível da concessão, no Realizável a Longo Prazo – Ativo Não Circulante, o montante de R\$ 195.374 mil em 31 de março de 2024 (R\$ 195.374 mil em 2023), referente aos investimentos a serem indenizados pelo poder Concedente (ANEEL), os quais foram mensurados pela Companhia com base no valor residual. Atendendo ao requerido no Decreto, em 26 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu ofício à ANEEL manifestando interesse em receber a devida indenização. Com base na Resolução Normativa ANEEL nº 942/21, a EMAE, em julho de 2022, encaminhou à ANEEL o relatório detalhado de avaliação de bens para fins de indenização. A ANEEL, após diligência sobre os itens e valores a indenizar, estabeleceu em Diretoria o valor de R\$ 281,1 milhões, base 31 de dezembro de 2012, e encaminhou a avaliação técnica para o Ministério de Minas e Energia para providências cabíveis. O resultado dessas análises demonstra que não há razão para redução da estimativa original de valor recuperável junto ao poder concedente. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ativo não Circulante mantido para Venda

Conforme Nota Explicativa nº 10, em 31 de março de 2024, a Companhia apresenta na conta Ativo Não Circulante Mantido Para Venda, o montante de R\$ 255.400 mil (R\$ 255.400 mil em 31 de dezembro de 2023), bem como na conta de Ajustes de Elementos do Ativo no Patrimônio Líquido no montante de R\$ 157.214 mil (líquido de Imposto de Renda e contribuição social diferidos) como contrapartida da operação. A partir do exercício de 2022, a Companhia, com base em Laudos de Avaliação elaborados por Instituições certificadas, registrou a valor justo dois imóveis, o terreno relativo ao Parque Villa Lobos, objeto de permuta com o Edifício situado na Rua Augusta, e o Terreno Zuccolo (Bota-Fora 14), ambos classificados inicialmente como propriedades para investimento sendo realocados posteriormente como Ativo Não Circulante Mantidos Para Venda após deliberação em reunião do Conselho de Administração, que autorizou suas alienações por meio de processo licitatório. Apesar dos esforços da administração, até o momento, não houve qualquer negociação ou acordo de venda ou em vias de ser assinado. Cabe destacar que, para fins fiscais, os valores das vendas serão realizados conforme hipóteses previstas no parágrafo 6º, artigo 13, inciso 6º, itens 1º a 4º do Regulamento do Imposto de Renda e, para fins societários, será aplicado o disposto no item 62 da NBC TG 28 (R4) – Propriedade para Investimento. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Eventos Subsequentes – Fato Relevante

Conforme Nota Explicativa nº 32, a EMAE ("Companhia"), em continuidade ao Comunicado ao Mercado de 18 de abril de 2024, comunica a seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, a Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) realizou a Sessão Pública de Leilão da alienação de ações do Capital Social da Companhia, tendo sido classificada como vencedora a proposta de preço apresentada pela licitante PHOENIX FIP MULTISTRATÉGIA ao valor de R\$ 70,65 por ação. Até a data de divulgação destas Demonstrações Intermediárias, a Companhia não dispõe de novos fatos a serem divulgados. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Independência

Também fornecemos aos responsáveis pela governança uma declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência; incluindo, quando aplicáveis, as respectivas salvaguardas.

Barueri, 29 de abril de 2024.
RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Wesley Fernandes Tuaf Garcia
Contador CRC SP 329.869/O-8
Sócio

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85, 16º andar, Bairro Cidade Monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 31 de março de 2024; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, relativamente às Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 31 de março de 2024.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85, 16º andar, Bairro Cidade Monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 31 de março de 2024; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, relativamente às Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 31 de março de 2024.